

Notas sobre moeda e sua circulação, crédito, juros, câmbio, bancos, governo e empreendedorismo avoengos

 Ari Cordeiro Filho
Advogada

“O melhor programa econômico de governo é não atrapalhar aqueles que produzem, investem, poupam, trabalham e consomem.”

(Irineu Evangelista de Souza-Mauá)

Senhores Conselheiros,

Procedi a articulações analíticas de trechos de autores que versaram sobre o I e o II Impérios.¹ Por me parecer bem referenciado, optei pelas estatísticas do livro de Pandiá Calógeras (*Politique Monétaire du Brésil*). Dessas articulações, procurei obter respostas ou dar passos para conclusões sobre fatos e condutas do período, relativas ao tema *sub oculis*. Embora estejam impregnadas de uma maneira de ver típica de analistas financeiros, procurei respeitar a moldura institucional da época. Já partem, portanto, de enfoque direcionado. Nas próprias informações selecionadas, foram, quando ocorrentes, destacadas interpretações um tanto diferentes sobre os mesmos fatos. Aguarda

esta exposição adições e reparos hostis a viés adotado, quando me tiverem passado despercebidas eventuais reduções fenomenológicas ou omissões ante um quadro geral sob enfoque ampliado. Para tanto, conto com o auxílio qualificado dos colegas.

Meio circulante – Moedas: As cunhagens de moedas de ouro, entre 1809 e 1821, exteriorizaram-se modestas, nos seus 9.161 contos, em sincronia com a decadência da extração do mineral, desde o final dos anos 1700, lembrando-se que anteriormente, em cem anos, tinham-se cunhado mais de 200 mil contos de tais moedas. De 1821 a 1833, totalizando 837 contos, só valores abaixo de mil contos, com pico em 1832, de 203 contos. As registradas em 1835 perfaziam 42,5 contos. Em 1841, 2,5 contos, portanto, uma sequência anêmica. Retomaram a modestas somas, até atingirem 6.160 mil contos, em 1851, e 5.310 mil contos, em 1853. Cresceram razoavelmente, de 1854 a 1869, sendo que em 1856 e 1857, a emissão foi superior a 7 mil contos. Em 1867, 2.433 contos, e depois, até a República, só valores inferiores a mil contos.

Estatística mais ampla que a de cunhagem de moedas, a produção (extração) de ouro, registrada e taxada, foi de 880 toneladas, até 1808, e os impostos arrecadados montaram a 135 toneladas, o equivalente a 60 mil contos de réis.

Para se ter uma ideia do quanto significavam estes algarismos de contos de réis em termos de libras esterlinas, há que considerar a época da aferição. A libra (*pound Sterling*) se subdividia, até fevereiro de 1971, em 20 *shillings* (xelins), e o *shilling*, em 12 *pence*. Uma libra, portanto, valia 240 *pence*. A partir de 1971, a libra passou a subdividir-se em 100 *pence*. A libra devia valer aproximadamente 5 dólares, na segunda metade do século XIX.

As variações do câmbio foram intensas no período joanino e no I Império. Quando aqui chegou D. João VI, 1\$000 (um mil réis) compravam entre 70 e 74 *pence*, tendo chegado a 96 *pence* por mil réis, em 1814. Se aplicável a equivalência a libras dos contos de réis daquela época, a estatística mostraria valores bem substanciais, em libras, de nossa produção de ouro e das cunhagens. Sensibilizariam qualquer economia dela efetivamente beneficiária. Nada surpreendente que houvesse uma intensa drenagem de ouro e de moedas de ouro para fora do país, no século XIX, com a desvalorização do papel-moeda.

Em 1818, no Rio, 1\$000 (um mil réis) compravam 69 $\frac{1}{2}$ *pence*, e, em 1831, 1\$000 (um mil réis) compravam apenas 20 $\frac{1}{3}$ *pence*,² uma forte desvalorização. Como se verá mais adiante, o câmbio ficou entre 20 e 30 *pence*, por um bom período, havendo variações não pequenas entre máximas e mínimas, conforme se tratasse de época de colheita de safras/exportações, ou de predomínio de importações. A moeda nacional foi fortemente desvalorizada no início da República (7 *pence* por mil réis), atribuindo-se o problema a desordens internas na emissão e circulação, já que as exportações, na segunda metade do século XIX, andaram bem ou relativamente bem (superavitárias), até mesmo em épocas de crise de circulação.

Uma aproximação a quanto significavam estes números pode ser vislumbrada no balanço consolidado das empresas de Mauá (1867), que este declarou em sua *Exposição aos Credores*: ativos de 115 mil contos, equivalentes a 12 milhões de libras esterlinas, ou 60 milhões de dólares, portanto cada conto de réis (1.000\$000) comprava aproximadamente 9,58 libras, e 1\$000 (hum mil réis), na época, compravam 22,9 *pence*. Comparativamente, o Banco da Inglaterra possuía, em 1865, 43 milhões de libras de ativos, ou 3,58 vezes o patrimônio declarado de Mauá, frisando-se que o patrimônio líquido declarado era supe-

ravitário, montando o passivo exigível a cerca de 90 mil contos. Não seria o caso de comparar patrimônio com receitas/despesas, mas, só para se ter uma ideia de grandeza, os 115 mil contos de ativos eram valor superior ao orçamento do Império de 1867, que tinha gastos de 97 mil contos de réis. O maior ativo de pessoa física americana da época era de Cornelius Vanderbilt, cerca de 100 milhões de dólares, conforme constou de seu inventário.

A emissão anual de moedas de prata, de 1855 a 1866, ficou ao redor de 1 mil contos. Mais modestas, depois, sendo retomada no início da República: pico em 1907, com 7.946 contos.

Cunhagens – Destaques

Ouro	Prata	Cobre
1703-1833 – 246.000 contos		RJ:16.460 contos(1759/1833)
	BA:10.000 contos (1714/1830)	
1809/1821 – 9.161 contos.	13.215 contos	
1822/1832 – 837 contos		
1835: 42,5 contos 20.000 contos*		
1841: 2,5 contos		
1856/1857: superior a 7.000 contos		
1867: 2.433 contos		
1851/1902: 45.494 contos		
1902/1909: 353 contos	39.000 contos – aprox. (1851/1909)	

* Cobre – O meio circulante foi conturbado com a circulação profusa de cobre, no episódio conhecido como “crise do xexém”. Em 1835, o valor de contramarcas de moedas antigas de cobre teria sido de 20 mil contos (internas e importadas). A cunhagem legal registrada de bilhão (cobre) foi de 16.735 contos, até 1909, calculando-se que havia 8 mil contos de moedas falsas de cobre em circulação.

Níquel – As emissões de níquel começaram em 1871 (504 mil réis), prosseguindo em valores de modestos a razoáveis, até a República. Totalizaram aproximadamente 46.345 contos, de 1871 a abril de 1910. Só em 1896 e 1898, superaram os mil contos.

Até abril de 1910, assim somou Calógeras as cunhagens de moeda, no Brasil, desde 1700:**

- Ouro: 296.885 contos (oitava de ouro: 3,586 g = 1\$660 na moeda nacional; 1\$777 na moeda colonial)
- Prata: 68.446 contos (\$128 a oitava de prata – 3,586 g)
- Níquel: 46.346 contos
- Cobre: 16.635 contos
- Bronze: 5.055 contos.

** Anteriormente (1645), houvera emissões de moedas de ouro na Capitania de São Vicente (as “são-vicentes”). Salvador Correia de Sá e Benevides fundou o que se poderia chamar de primeira Casa da Moeda do Brasil.

Já a circulação de *emissão fiduciária do Tesouro* (notas, bilhetes) ascendia a mais de 46.000 mil contos em 1857. Com a pluralidade de bancos emissores, instaurada em 1857, as emissões de bilhetes de bancos, em 1.858, subiam a 50.904 contos, e a 70.449 contos em 1864. Em 1866, o próprio Banco do Brasil perdeu seu direito de emitir, em face de descontroles e excessos constantes em seus limites, e foi retomado o monopólio do Tesouro. Tivera o Banco do Brasil, antes, entre 1854 e 1857, o monopólio de emissão, depois compartilhada por outros

bancos de 1857 até 1866. O Tesouro atingiu, entretanto, em 1878, emissões de 189.258 contos em circulação, enquanto os bancos, após determinado recolhimento gradual de seus bilhetes, tinham reduzido a circulação de seus papéis a 27.654 contos. Entre 1865 e 1870, ocorreu a Guerra do Paraguai.

O poder de efetivar emissão por bancos, no Império e no começo da República, teve uma evolução tortuosa, ao sabor de contingências políticas e também de correção de abusos. Em 102 anos, lembra Calógeras, houve 29 anos de unidade de emissão bancária; 29 anos de pluralidade bancária de emissões; 44 anos de emissão unitária pelo Tesouro. Ele considerou 1836/1853 como período de pluralidade de emissão, o que é discutível. Os bilhetes bancários eram, naqueles anos, de curso privado e tinham lastro metálico em fração do total de emissões ($1/2$). Além do lastro metálico, funcionaram parcialmente como lastro bancário das emissões títulos do Tesouro, apólices da dívida pública e até ações de estradas de ferro. Dependendo da situação, o lastro podia ser de $1/2$, ou, excepcionalmente (Banco do Brasil), $1/3$, $1/4$ das emissões.

Unidade de emissão (B. Brasil) – 1808/1829.

Unidade de emissão (Tesouro) – 1829/1836.

Unidade / Pluralidade (Tesouro) – Dez bancos poderiam emitir papéis de curtíssimo prazo (não aceitos nas repartições públicas) 1836/1853. ImproPRIAMENTE considerado poder de emissão.

Unidade de emissão: (3ª B. Brasil) – 1853/1857.

Pluralidade de emissão: 1857/1866.

Unidade de emissão (Tesouro) 1866/1899 – Foi retirado de todos os bancos, inclusive do B. Brasil, o poder de emissão. Circulação com cédulas emitidas pelo Tesouro e recolhimento progressivo dos bilhetes bancários.

Pluralidade de emissão: 1889/1890 a 1892 (dez bancos autorizados, cinco com garantia de apólices do governo e metal; dois com garantia só de apólices e três com garantia só de metal). Encilhamento.

Unidade de emissão: (B. Rep. do Brasil):1892/6.

Unidade de emissão (Tesouro): 1896.

Inflação – As necessidades de recursos, nas décadas de 1820 e 1830, tinham-se acentuado para o governo, em face das lutas armadas vinculadas à Independência, até alguns anos após (por exemplo, no Pará, no Maranhão, no Piauí, na Bahia e em Pernambuco), e também aos conflitos da Província Cisplatina.

Quanto aos negócios, não há como cotejar necessidades efetivas *vis-à-vis* emissões, por falta de estatísticas apropriadas do comércio e da indústria, que o permitiriam, ainda que de forma cruzada ou com análise segmentada das emissões. As necessidades das indústrias instaladas não eram de vulto, até pelo menos 1840, dado o seu modestíssimo número – menos de vinte indústrias – e tamanho.

Obs.: O uso do cheque bancário sobre depósitos e a expansão de meios de pagamentos sequencial só vieram a se consolidar no correr do século passado. Houve propaganda institucional dos bancos. Entre as pérolas dessa propaganda do início do século XX, se vê de material distribuídos aos colegas. Nem sempre bem fundamentada, como esta:

“É evidente que, com o uso intensivo do cheque, e conseqüente aumento dos depósitos nos Bancos, o volume dos negócios aumenta sem aumentar a circulação.” (!!!)

Outras, curiosas:

“O Banco existe para a guarda segura do seu dinheiro. Evite que as cédulas guardadas em gavetas, canastras e pés de meia venham a ser dilaceradas pelo cupim e pelo mofo.”

“A generalização do uso do cheque em um paiz deve ser considerada como signal da mais alta educação economica e moral de sua população.”

“As vantagens do uso do cheque são evidentes e notórias:

- economisa tempo e trabalho de contar dinheiro;
- evita a perda, os furtos, as notas falsas;
- suprime o transporte incommodo e perigoso de grandes volumes;
- diminue o risco das infecções e contágios.” Ou:

“O valor de uma nação pode ser seguramente aferido pelo numero dos seus grandes bancos.”

“Abrir conta em Banco é dever de patriotismo.” (!!!)

Tentou suprir-se a reclamada insuficiência de numerário para os negócios privados, em parte, no período a partir de 1838 até 1853, com emissões de bilhetes de dois bancos, a curtíssimo prazo (dez dias), os quais circulavam, até depois do vencimento, por aceitação entre particulares, sem curso forçado ou poder liberatório, não aceitos nas repartições públicas. Sabemos, também, por notícias históricas coevas, que a drenagem de metal e moeda metálica nobres, no Brasil Colônia e pela Coroa e reinóis, em 1821, no retorno de D. João VI a Portugal, o ritmo e circunstâncias da emissão de papel-moeda pelo Banco do Brasil até 1828 (trapaças no reembolso, após campanha de arrecadação de moeda metálica e metal), episódios da circulação e emissão oficial do cobre (bilhão), falsificações de moedas deste metal, e o provincialismo de circulação afetaram negativamente a circulação e o valor do papel-moeda.

Além de ser um refúgio seguro contra os problemas da circulação e as incertezas do país, capítulo à parte foi também a drenagem de moedas de ouro, para pagamentos ao exterior ou em momentos de crise. As exportações, de 1833 a 1859, sistematicamente foram em valores inferiores às importações, à exceção de 1854 e 1856. Só mais tarde, de 1866 a 1887, tivemos robustos superávits nas exportações. Em 1886/1887, por exemplo, tivemos 365.592 contos de exportações, contra 310.850 contos de importações.

1833/1859 – déficits na balança comercial (exceto em 1854 e em 1856)

1866/1887 – superávits

Relatos da época associam crises de excesso de emissões à volatilidade no câmbio, mas não as associam necessariamente a problemas nas exportações. Por exemplo, bons saldos positivos, em 1864 e em 1866, anos de crises internas. Crises externas, como as de 1857 (quebras de bancos americanos), tiveram efeitos contidos nas exportações, no correr de um ano. Quem conhecia bem os mecanismos de exportação, o fluxo provável de produção/exportação de produtos e o *timing* da liquidação das operações deu-se bem com o aproveitamento de excesso de nervosismo com repercussões em nossas exportações.

Emissões descontroladas, disputas internas e circulação viciada contribuíram, sim, segundo tais relatos, para a desvalorização da moeda face à libra esterlina, em períodos, depreciando-se fortemente o câmbio (70%), entre 1818 e 1831, no Rio: 69 $\frac{1}{2}$ *pence* contra e 20 $\frac{1}{3}$ *pence*.³ Quando aqui chegou D. João VI, a taxa estava entre 70 e 74, tendo chegado a 96 *pence* por mil réis, em 1814.

Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) censurava, na primeira metade do século XIX, o “descontrole e aumento de preços”, no que o parlamentar mineiro denominou “inchação” do meio circulante. Inchação e inflação se equivalem etimologicamente (*inflatio, onis*, no latim), e em sua acepção de aumento de volume sem contrapartida de substância concreta. Deve-se acrescer que a inflação daquela época, nos andares inferiores ou médios de um dígito, ocasionalmente, nem de longe pode ser comparada aos números paroxísticos atingidos na segunda metade do século XX. Perturbações na circulação podem, sim, ter tido efeito maléfico maior no dia a dia dos cidadãos. Por exemplo, a suspensão dos resgates pelo Banco do Brasil (1818 e anos seguintes).

Faltou critério de boa técnica na expansão consistente do crédito, sobretudo pelo terceiro Banco do Brasil, facilitada por emissões abundantes, com graves consequências para a praça. Em 1868/1869, em curto período, foram recolhidos bilhetes bancários no valor de 56 mil contos, de um total de 183.224 contos em circulação (Tesouro + bancos), mas a emissão oficial mais que compensou e, no ano seguinte, o saldo geral era de 192.526 contos. Períodos de guerra são um convite a descontroles e outros males financeiros maiores.

A Guerra do Paraguai (1865/1870) custou ao Brasil cerca de 100 mil contos e dezenas de milhares de vidas; a seca no Norte, especialmente no Ceará (1877/1878), exacerbou o volume de emissões: em 1878, a circulação de bilhetes do Tesouro era de 189.258 contos, como visto, contra 149.347 contos, em 1877, após uma tentativa de redução da massa em circulação.

No Império, ocorriam exageros, seguidos de procura de saneamento, por intensos debates político-parlamentares.

Com os devidos *caveats*, não é exato, todavia, o dizer de Nunes Guimarães, no prefácio do livro de Calógeras: “(...) a moeda brasileira nasceu sob o signo do desequilíbrio orçamentário, que havia de se perpetuar pelo Império e pela República afora”. A afirmativa é válida, num lance visual concentrado em fases e no fim do Império e, sobretudo, na República nascente. Pode ser relativizada em certos períodos, pois esse desequilíbrio orçamentário não esteve presente, em alguns períodos na segunda metade do século XIX. Não ocorreram déficits orçamentários crônicos, em todos os períodos, mas acentuados, em alguns. Despesas extraordinárias, como as de guerra e investimentos, viriam a ser financiadas também por empréstimos externos e por apólices.

A “emissão de apólices” para contingências específicas, inclusive para infraestrutura, poderia até ser considerada virtuosa, em face do que aconteceu com a dívida pública nos anos recentes. Foram-no com taxas superiores às de mercado (6%), secando fontes para a captação privada e encarecendo o crédito bancário.

Crédito e inflação – Nos idos do século XIX e até bem recentemente (década de 1950), a inflação era associada à expansão da quantidade de moeda em circulação. Na realidade, hoje, o volume de crédito é que é considerado a influenciar vários tipos de inflação (Ernane Galvêas, na publicação de 15/06/2016, do periódico *Conjuntura*, da CNC).

Um dos méritos de Calógeras, no seu livro citado, foi já distinguir entre emissão e crédito, tecendo críticas aos que equalizavam esses dois conceitos. O crédito se expande, a partir da moeda, que aumenta sua circulação, quando há confiança (ou euforia) nos negócios. Há que existir demanda de sua outorga e disposição de concedê-lo, em proporções a serem administradas com boa técnica e sabedoria. De tal sorte que

ele não pode ser visto só do lado da disponibilidade de recursos, mas, trifacetadamente, com a disponibilidade de moeda se completando pelo elo bilateral amistoso entre a oferta e a procura, contra forças que se oporiam à sua materialização econômica consistente.

O crédito é consistente, sem gerar distorções inflacionárias, quando corresponde a uma realidade material de sua adequação proporcional, seja para suporte à comercialização de bens produzidos ou serviços demandados, seja para financiamento economicamente justificável de produção futura. O crédito tem sempre esta dupla face: demanda apropriada e destinação financeiramente justificável. Financiamentos para aquisição de participações acionárias ou de dívidas empresariais têm seu *rationale* econômico-financeiro apropriado, mas financiamentos excessivos de atividades meramente especulativas em títulos ou contratos virtuais (ações, títulos outros, futuros, *swaps*, opções) podem levar à inflação ou a inconsistências sérias de ativos, gerando graves crises.

Só para se tomar pulso quanto a níveis dos números *sub oculis*, na década de 1890, em 1894, a circulação monetária se elevara a 712.358 contos. De janeiro de 1890 a fevereiro de 1900, 260.455 contos adicionais tinham entrado em circulação. A crise bancária de 1900 foi uma consequência natural das emissões exageradas do fim do Império e, sobretudo, do início da República.

O Banco do Brasil aumentara seu capital de 30 mil para 100 mil contos. Por decreto de 1892, operou-se a fusão do Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Parodiando o comentário de Stephan Zweig sobre o encontro de Fouché com Talleyrand (“o crime apoiado sobre o vício”), pode-se dela dizer que foi uma fusão da má gestão com a gestão temerária. Ambos os bancos apresentavam inconsistências ativas de perto de cem mil contos cada

um. Do aumento de capital integralizado do Banco do Brasil (66.500 contos), cerca de 52.300 tinham sido absorvidos, como revelaram os números da fusão, por créditos em liquidação e outros itens dedutíveis. Cerca de 60% eram empréstimos de favor ou a empresas em dificuldades, fundadas em períodos de forte emissão do Banco do Brasil. Campeou, já naquela época, até por parte de comissão governamental para administrar a crise bancária, a “criatividade contábil”, uma *contradictio in terminis* para uma atividade profissional, a contabilidade, que tem como missão precípua “registrar fatos”, e não criá-los ou distorcê-los. Por ela, a generosidade do governo com o dinheiro dos cidadãos esteve presente com diversos acordos em contas do Tesouro, no Banco, para a fusão, que resultaram em “bonificações” dadivosas. O capital do novo banco, o Banco da República do Brasil, era grandemente uma ficção contábil: 156.500 contos, sobre os quais se distribuíam dividendos: em 15 semestres, foram distribuídos 53.270 contos. O capital circulante essencial ao seu funcionamento era desfalcado. Então, o que se distribuía, na realidade, era o próprio capital depauperado. Recebia suas próprias ações em pagamento, por 100% do valor nominal, o que valia no mercado 20%. Era uma espécie de perdão de dívida para acionistas. Em 1900/1902, com a “reorganização” do Banco da República do Brasil, os prejuízos da instituição elevavam-se a 165.027 contos, nos quais se poderia incluir um déficit de 68 mil contos em contas diversas, em função de acordos com o Tesouro, de que provieram ditas “bonificações” para contas deficitárias. O país, tal como acontece agora, pagou por administrações desastrosas, inspiradas por loteamentos políticos. Em tempos não tão longínquos, os cidadãos pagaram pela falta de transparência do Banco do Brasil e da Caixa, não levando a créditos em liquidação, por anos, de acordo com a regulamentação, empréstimos mal deferidos ou mal administrados e não pagos. O Banco do Brasil (R\$ 8 bilhões) e a Caixa tiveram seu capital aumentado (União,

principal acionista ou único controlador, isto é, contribuinte) para pagar os excessos cometidos.

Em 1905, transferia-se aos acionistas do novo estabelecimento um ativo de 22.500 contos do banco “reorganizado”. Em um capital de 70 mil contos, dividido em 350 mil ações, os acionistas anteriores recebiam 112.500 ações. O governo receberia 112.500 ações e integralizaria 4.500 contos mais valores e bens recebidos do banco, em pagamento, e as restantes 125.000 ações seriam oferecidas ao público. Como curiosidade, o novo banco podia, com exclusividade, emitir “cheques ouro”, para o pagamento de direitos aduaneiros.

A respeito, afirma Calógeras: “Aí se encontrava, ainda, o ponto de partida de novas tentativas de desenvolvimento da desastrosa teoria do estatismo intensivo” (op. cit., p. 264).

Há, hoje, diferentes indicadores monetários, acompanhamento de volume de meios de pagamento em conceitos ampliados (M^1 , M^2 , M^3 ...) mas se pode ter certeza de que o tamanho do Estado, os gastos deficitários de governos centralizadores e o afrouxamento da boa técnica bancária de crédito, nos estabelecimentos oficiais, estão na origem de novas e crescentes ameaças de caos monetário, de inflação galopante.

Pode-se afirmar que a inflação alta, nos dias atuais, tornou-se um flagelo recorrente, na economia brasileira, por irresponsabilidade e populismo. Quando parece esmaecer, ganha novos impulsos com indexações e desmandos governamentais nas despesas correntes, no estímulo à expansão exagerada de crédito *lato sensu*, no varejo e no atacado dos bancos oficiais, com afrouxamento da boa técnica bancária.

Incidentemente, do desequilíbrio orçamentário, em face de gastos correntes ou especiais superiores às receitas, ou de superávits inca-

pazes de corrigir exageros de despesas anteriores, sobretudo com a incorporação de juros, origina-se a característica geral de nossa dívida pública, nos dias de hoje. Gastos com infraestrutura não compõem o grosso de seu histórico recente. Ela foi aumentando para incorporar juros altos de endividamento financiador de ganância de governos que se sucederam, agasalhando cobertura de mais gastos, em proporções descontroladas. Ela é explosiva nos seus custos. Ultimamente, o direcionamento de substancial montante para banco oficial aplicar a taxas subsidiadas, mesmo em época de inflação renunciada como crescente, gerou precedentes críticas ao fato em si e aos critérios seletivos de beneficiários (os “campeões nacionais”). Causa perplexidade a dívida pública só residualmente financiar investimentos produtivos, os que fosse produtivo realmente financiar, nas épocas próprias. O custo de juros da dívida interna consumiu, no ano passado, mais de R\$ 500 bilhões (quase 10% do PIB). É simplesmente catastrófico que, com uma destinação bastante improdutiva, apequene-se a responsabilidade para com a atual geração mais jovem e para com as futuras.

Câmbio e finanças públicas – Do prefácio do livro de Calógeras, vem, também, a afirmativa que “o problema cambial tem sido a *bête noire* da administração pública”. Desajustes sobre os quais, referindo-se a período até já ao final do século XIX, constata que “somente as diferenças de câmbio absorviam percentagens fantásticas da receita federal”. Lá pelo ano de 1898, a “diferença de câmbio” absorve 180 mil contos de réis de uma receita global de 300 mil”, exemplifica.

Anteriormente, nossas exportações, de 1866 a 1888, consistentemente, ano a ano, foram superavitárias em relação às importações, havendo a recuperação da cotação do mil réis (1\$000), de valores inferiores para 28 *pence*, em 1875, e para 27 *pence*, em 1877. Em 1875, aproveitando o câmbio favorável (28 ³/₈), o governo liquidou saldos de atrasados

e alocou 50 mil contos para remessas ao exterior, boa parte para especulação no câmbio. Ao mesmo tempo, tomou emprestado mais 5 milhões de libras, no mercado londrino. No mesmo ano, por alegadas dificuldades, sacou forte sobre o saldo de suas reservas naquela praça. Os bancos tiveram que reunir fundos, enxugando o mercado interno, pressionando os devedores a saldar seus débitos e causando falências, entre as quais a do *Brasilianische Bank* e do Banco Mauá & C., que não conseguiu realizar suas disponibilidades no Uruguai e não contou com o suporte do Banco do Brasil. Para o empresário, foi um problema de liquidez, já que seu patrimônio, no ativo, superava suas exigibilidades passivas em quase 20 mil contos. Um problema de liquidez, se não solucionado a curto prazo, acaba desaguando em problema patrimonial, pela liquidação forçada de ativos, que soem deteriorar desproporcionalmente sua valoração de mercado. A praxe, hoje, é cometer, antecipadamente, a grandes instituições do mercado a assessoria para desfazimento de ativos.

Mauá, como se sabe, veio a quitar, posteriormente, todas as suas dívidas.

O câmbio não esteve tão mal, em face dos anos anteriores, na segunda metade do século XIX. Estava em linha com os sucessivos anos de exportações superiores às importações, entre 1866 (mil réis, no período: máxima de 24 ³/₄ *pence* e mínima de 19 ¹/₂) e 1888 (máxima de 26 ³/₁₆ *pence* e mínima de 22 ⁷/₈), mas desandou de vez, no início da República, oscilando a taxa média, em 1892, entre 10,22 *pence* e 13,38 *pence* por mil réis. Em 1899, a cotação era de 7 *pence*, em média, apesar dos bons superávits da balança nos anos anteriores (1891/1898). Um superávit de mais de 500 mil contos na balança, em 1900, tornou compatível uma alta no câmbio para ⁹/₁₀ *pence*.

Falando sobre a procura de solução para a cobertura da diferença de câmbio de 110 mil contos, no orçamento de 1897, vaticinava Calógeras que: “É ocioso (...) procurar a solução onde ela não estava. Era a circulação que era necessário sanear, acima de tudo” (“*Il était oisieux de chercher la solution où elle n'était pas. C'était La circulation qu'il fallait assainir au dessus toute chose*”). Chegou a qualificar o quadro geral, na segunda metade do século XIX, como de “caos monetário”, “o caos monetário, causado primordialmente pela superabundância do meio circulante”, externando os malefícios que acarretava aos cidadãos comuns a inflação dos preços.

O endividamento externo brasileiro fora significativo, com sucessivos empréstimos milionários de libras esterlinas no mercado londrino. As diferenças de câmbio efetivamente contavam. Sendo a circulação sua principal causa, forçoso era atacar os seus excessos.

Hodiernamente, mesmo com reservas robustas em moeda forte (mais de 300 bilhões de dólares), ainda assim, o câmbio assusta e o Banco Central do Brasil dedica a ele atenção diuturna, a ponto de interferir no mercado, via derivativos cambiais, (*swaps*). São liquidados em moeda local (*real*), não afetando as reservas, nelas tendo sua compensação de mais-valia patrimonial, teórica, das eventuais perdas nos contratos derivativos. São compensações patrimoniais contábeis em cotações voláteis, em dólares, de perdas efetivas, em reais, e chegaram a impactar as contas públicas com custo nada desprezível de mais de R\$ 50 bilhões, em 2015.

Muito dinheiro, pouco crédito e ausência de inflação, em economias mais fortes, nos dias atuais

Não basta haver moeda em abundância, reservas bancárias altas e suporte dos bancos centrais, é preciso que o crédito seja sancionado pela demanda consistente economicamente, ou pela disposição de concedê-lo, pelos bancos, tendo como fundamento a “confiança”, bem imaterial que é a base do desenvolvimento. Um fenômeno novo é o do alagamento monetário de economias desenvolvidas, após a crise de 2008, que, em sentido contrário, não trouxe consequências inflacionárias, por não haver condições objetivas para concessão ou demanda de crédito. De um lado, o crédito negativo, por desalavancagem decorrente de outorgas inconsistentes, no passado, inclusive para atividades de negociações virtuais no mercado financeiro e de capitais. De outro, falta de demanda de crédito, por ajuste das atividades econômicas a um quadro mais realista e por falta de confiança empresarial.

Dívida externa – No tocante a dívidas externas, nos primórdios da Independência, os custos foram exorbitantes: em 1824, dos 3 milhões de libras esterlinas tomadas no mercado londrino, 1 milhão foi com desconto de 25% do valor de face, mais juros a pagar de 5% a.a.; 2 milhões o foram com 15% de desconto, mais juros de 5% a.a., juros estes sobre o valor de face (principal). Destes 3 milhões de libras, só 600 mil libras entraram no Banco do Brasil, servindo o grosso do empréstimo para pagar dívidas correntes e custos de diplomacia. Em agosto de 1825, assumimos dívida de Portugal (1,4 milhão de libras) no mercado londrino, que se elevaria à soma de 2 milhões de libras em 1833. Empréstimo de 400 mil libras, em 1828, ainda foi em condições piores: 46% de desconto sobre o valor de face! Outro ocorreu, em 1829, no montante de 769.200 libras, que rendeu apenas 399.984 libras, ou seja 48% de desconto! Seriam autênticos *junk*

bonds de hoje, mas já no nascedouro, e não no mercado secundário! Em 1839, a dívida externa montava a 5.642.900 libras esterlinas. Na segunda metade do século XIX, houve sucessivos empréstimos no mercado londrino (ao todo, 15). Por exemplo:

- 1863: 3.855.307 libras esterlinas (tipo 88%, i.e., 12% de desconto), para saldar os empréstimos de 1843 e os da época da Independência (1824 e 1825) com a Casa Rotschild.
- 1865: 5 milhões de libras esterlinas – Guerra do Paraguai (tipo 74%, i.e. 26% de desconto !!!) com a Casa Rotschild.
- 1871: 3.459.600 de libras esterlinas (tipo 89%) – liquidação das despesas de guerra, com a Casa Rotschild.
- 1875: 5 milhões de libras esterlinas (tipo 96 1/2%) – necessidades do Tesouro.
- 1883: 4 milhões de libras esterlinas (tipo 89%) – idem.
- 1886: 6 milhões de libras esterlinas (tipo 95%) – idem.
- 1888: 6.297.300 de libras esterlinas (tipo 97%) – idem.
- 1889 (11/10/89) – Rothschild – 19.837.000 de libras (tipo 90%), para conversão dos empréstimos tomados em Londres, desde 1865, com novas taxas a 4% a.a. de juros e 1/2% de taxa de amortização. Operação com os Rothschilds, considerada “brilhante” pelos juros nominais e amortização, a despeito do custo matemático real (pelo desconto inicial).

O custo matemático-financeiro nominal já era efetivamente mais alto pelo desconto frontal, mas a alegada suportabilidade pelos orçamen-

tos compensaria, no entender dos tomadores, pelo menos à época em que se endividavam.

O endividamento externo brasileiro, na República, pulou de 42,5 milhões de libras em 1.900 para 163 milhões de libras em 1930. Naquele último ano, as dívidas somadas em todas as moedas (francos, libras, dólares americanos) ascendiam ao equivalente a 254 milhões de libras. Em 1914, a I Guerra Mundial oportunizou a suspensão do pagamento do serviço da dívida: juros, até 1917, e todas as amortizações em libras ou francos, até 1927. Muitas negociações intermediárias foram ocorrendo, e o endividamento cresceu entre 1931 e 1943. Novos acordos, então negociados, redundaram em reduzir a dívida em 50%. Essa história do endividamento externo brasileiro, nesse período da República, não cabe nos estreitos limites desta palestra, devendo ser abordado à parte, dada a complexidade dos acordos e a variedade de dispositivos consecutivos.

Incidentemente, o endividamento com as casas inglesas junto com os interesses dos produtores ingleses e comerciantes anglodependentes podem ter exercido bastante pressão *de facto*, na adoção de leis favoráveis aos interesses britânicos, como, por exemplo, no episódio da tarifa Silva Ferraz, na taxação favorável das importações britânicas (com o interregno da tarifa Alves Branco, 1844-1860), nas leis contrárias ao tráfico de escravos. Neste último caso, correspondeu a progressivo suporte da sociedade e, até, de segmentos industriais e agrícolas. Em episódios políticos maiores, como a questão Christie, ressalte-se que o governo imperial teve atuação forte e decidida de defesa da soberania nacional.

Dívida interna – Entre 1828 e 1832, houve forte emissão de apólices para cobrir déficits orçamentários (13.496 contos). Consecutivamente, até 1853, houve emissões de apólices com o mesmo intuito, com des-

taque para os períodos 1837/1888 (5.861 contos), 1842/1843 (5.346 contos), 1844/1848 (9.845 contos) e 1851/1853 (5.213 contos). Com o propósito de cobrir déficits orçamentários correntes, só voltaria a haver emissões de apólices em 1876 e 1896 (em 1894, um robusto déficit de 102.408 contos).

Dívida interna fundada no império (em contos de réis)

Período	Emissão	Resgate	Saldo
1827	12.000		12.000
1828-1840	23.500	3.800	31.700
1841-1860	32.000		63.700
1861-1880	340.000 (Guerra do Paraguai)		403.700
1881-1889	46.000	11.300	435.500

O serviço (pagamento anual de juros e amortizações) dessa dívida “interna”, que estava em 3.460 contos, em 1862, passou a 15.785 contos, em 1870, a 26.338, em 1880, e a 19.090, em 1888.

Comparativamente, o serviço da dívida “externa” estava em 3.683 contos, em 1862, e chegou a 22.383 contos, em 1888.

Houve interrupção dos resgates, em 1839; e os lançamentos de títulos, em 1840 e 1860, tiveram forte deságio (até de 35%). Houve outros períodos de suspensão. Lançamentos de apólices tinham objetivos diversos, como pacificação de províncias, financiamento de despesas de casamento de Dona Leopoldina e Princesa Isabel (fato não estranhável no tempo das Cortes), resgate de ações de empresas ferroviárias, pagamentos de estradas, pagamentos de terrenos e despesas de guerra. Houve também emissões com objetivo de consolidar a dívida flutuante.

Os lançamentos de 1860/1861 a 1880 foram predominantemente para cobertura de despesas de guerra (80%). Apesar de longo período de suspensão dos resgates, os pagamentos de juros chegaram a 21% da receita orçamentária, em 1884. A administração da dívida conseguiu resgatar 11.300 contos, no período 1881/1889.

(Números da dívida externa e interna, *apud* Anderson Caputo Silva, *Dívida Pública: A Experiência Brasileira*, BOUÇAS, V. *História da Dívida Externa*. Edições Financeiras S.A., 1950. *Vide* o trabalho publicado na internet pelo primeiro, com a menção de diversos autores sobre o tema.)

Encaminhamento da circulação, do crédito e do financiamento

A Caixa de Amortização, criada por lei de 15 de novembro de 1827, tornou-se responsável, em 1836, pelo pagamento das notas em circulação, após a liquidação do Banco do Brasil (1829). Foi incorporada à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) (1945) e extinta em 1967, em vista da absorção de suas atribuições pelo Banco Central do Brasil (Gerência, depois Diretoria de Dívida Pública).

A circulação fiduciária de “notas” do Tesouro, em 1829, andava pelos 1.490 contos. As emissões diretas de notas pelo Tesouro circulavam em paralelo às cédulas do Banco do Brasil, até a substituição destas por papel-moeda do Tesouro (1833: 18.345 contos). Após a liquidação do primeiro Banco do Brasil, o Tesouro se tornou fonte fiduciária única para novas emissões, por certo tempo. Em 1835, estavam em circulação 30.702 contos, em notas do Tesouro. A um meio circulante fortemente declinante de moedas de ouro e prata, acresciam-se os 20 mil contos em moedas remarcadas de cobre. Face ao descrédito

do papel-moeda, a moeda de cobre chegou a valer 40% mais, comparativamente. A crise com contrafações da moeda oficial de cobre levou a muito esforço parlamentar, até chegar às leis de 1835 e 1837, que puseram fim à chamada “crise do xexém”.

As duas necessidades típicas e distintas careciam de suporte bancário de “crédito” regular, no Rio, neste ínterim sem bancos, até 1838: os financiamentos para circulação da riqueza produzida – giro comercial dos negócios e recursos para despesas correntes das empresas – e recursos financeiros estáveis para suporte à criação futura de riquezas, por empresas e produtores rurais. A indústria, de qualquer forma, ainda era minguada, mas, a partir de 1844, com a tarifa Alves Branco, novas perspectivas apareceram.

Tentou-se a criação de um segundo Banco do Brasil, para suprir essas lacunas, por lei de outubro de 1833. Não “pegou”, talvez ainda por marcas das frustrações com o primeiro. Em 1838, comerciantes do Rio de Janeiro fundaram um banco, com capital de 2 mil contos, o Banco Comercial do Rio de Janeiro.

Tornaram-se maiores as necessidades de moeda, para uma indústria nascente, após a instituição da tarifa Alves Branco (Visconde de Caravelas, 1844), sobretaxando importações de cerca de 3 mil produtos: 30% sobre os sem similar, e 60% para os com similar nacional. A eficácia da Lei Eusébio de Queiroz (1850), na abolição do tráfico de escravos, teve repercussão financeira, pelo menos de curto prazo, pois disponibilizou na praça brasileira os recursos antes alocados por traficantes em seu negócio, tornando viável pensar em atraí-los para a intermediação bancária, a custos reduzidos, com *spread* de 2% entre captação e aplicação (até a interferência oficial do terceiro Banco do Brasil, em 1853/1854). Gastava-se com importação de escravos de 20

a 24 mil contos por ano. Tornou-se possível propor a alguns capitalistas ex-trafficantes assumir alguns riscos em empreendimentos. Tirou vantagem deste quadro Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá).

Em 1860, por pressão, sobretudo dos ingleses e dos importadores, foram desfeitas as sobretaxações, com a adoção da tarifa conhecida como Silva Ferraz, gerando efeitos negativos na nascente industrialização brasileira. Os ingleses voltaram à antiga situação privilegiada em que as tarifas de importação dos seus produtos (15%) tinham sido inferiores, até às das importações de Portugal (16%), por certo tempo. Parece-me que toda a década de 1860 foi impactada, no comércio e na indústria, após a tarifa Silva Ferraz, de inspiração conservadora. Ocorreram desarrumações dos negócios, paroxismos nas emissões bancárias e no crédito, culminando com a falência da casa bancária Souto e de outras, em cascata.

Bancos – Nenhum registro de banco formal de maior porte ocorreu de 1829 até 1838, no Rio. Havia caixas econômicas e casas bancárias, organizadas sob a forma de sociedades, em comandita simples, com objeto social e capital modesto, sem amplitude operacional bancária.

O crédito, então, afora os de pequenos estabelecimentos, era outorgado por fornecedores e comerciantes a seus clientes. Os comerciantes e os fazendeiros se financiavam com fornecedores e comissários de exportações/importações, via pagamentos a prazo e adiantamentos sobre safras, que seriam os nossos derivativos *forwards* de hoje, com entrega física das *commodities*.

Constituição do Banco Comercial do Rio de Janeiro

O Banco Comercial do Rio de Janeiro (BCRJ), criado em 1838 por comerciantes, teve capital elevado, em 1851, de 2 mil contos para 5 mil contos. O BCRJ foi bastante útil a negócios no Rio de Janeiro. Seus títulos de curto prazo eram aceitos na praça, apenas nos negócios privados, sem atenção a prazo de vencimento.

Os estatutos do BCRJ só foram apresentados ao governo em 1842, que não aprovou integralmente a emissão de vales ou letras à vista ou a menos de dez dias de prazo, fixando um valor mínimo de 500 réis (depois 200), limitada sua emissão a um terço do capital. O Legislativo, no caso, tinha competência exclusiva para dispor sobre assunto de moedas *recte* de bancos, quando envolvida emissão, mas a administração avocava a si, na prática, regulações casuísticas e autorizações que pressupunham beneplácito legislativo prévio.

A circulação de papel de curto prazo do BCRJ, exclusivamente privada, era modesta, não atendendo às necessidades progressivas dos negócios: a média anual de emissão tinha sido de 282 contos, aproximadamente, entre 1839 e 1853, embora neste último ano, a tivesse alçado a mais de mil contos. Muito se argumentava sobre a falta de mais bancos no Rio e no Brasil, agravada pela dificuldade de circulação de papel-moeda nas Províncias. O exemplo dado era de Nova York, com 300 mil habitantes, que tinha 24 bancos, enquanto o Rio, com 200 mil habitantes, tinha apenas um banco, limitado em suas operações. Propugnava-se por novo e poderoso agente monetário, regulador da circulação, e provedor de crédito, mas, ao mesmo tempo, advertiam políticos interessados: “() podem resultar gravíssimos males, conforme a prudência, segurança e lealdade, ou a incerteza, a infidelidade presidirem as operações”.

Não era ainda possível distinguir com clareza o poder de emissão do poder de gerar crédito, na ponta bancária. O poder de emissão foi, no mundo, sendo aceito progressivamente como uma função estatal, contendo em si o poder de conceder crédito a bancos do sistema jurisdicionado, em situações especiais. Já quanto ao crédito bancário às atividades econômicas produtivas, a aceitação geral, hoje, é que seja uma função o mais descentralizada possível, com influência centralizada no tocante às taxas de juros, em termos amplos para o sistema. A presença do Estado é admitida, existente na outorga de crédito a atividades produtivas, no Brasil, sem consenso sobretudo no concernente à ordem de grandeza, especialização e ingerência de fatores políticos. O principal problema apresentado é do poder de controle efetivo dos entes bancários estatais, de autonomia ou independência, nas matérias em que deve haver monitoração, como na inflação, expansão dos meios de pagamento, na expansão quantitativa do crédito (*recte*, inflação), dadas as pressões de interesses políticos momentâneos. Temos exemplos recentes no Brasil de como a presença estatal de grande envergadura e integrada a propósitos magnânimos, no crédito, *lato sensu*, pode contrapor-se, e se contrapôs, eficientemente, ao combate à inflação procedido pelo Banco Central. Ele tomava suas medidas, de um lado, e o governo, por intermédio dos bancos oficiais, executava contramedidas. A ingerência qualitativa no crédito e o poder de eleger os beneficiários são, também, a grande porta para as distorções e para o autoritarismo disfarçado em democracia.

A atuação emissora de moeda, praticamente sem limite, e concessora de crédito a bancos pelos bancos “centrais” dos Estados Unidos e da Europa gerou uma situação impensável para os economistas das mais sólidas formações: “ausência de pressão inflacionária muito além do *timing* de repercussão do afrouxamento monetário”. Isto, mesmo ante a expansão dos ativos dos bancos centrais – “mais três

trilhões de dólares, nos Estados Unidos, e quase 2 trilhões de euros, na Europa” –, por absorção de ativos, de toda sorte, dos bancos do sistema. Tais como títulos públicos federais, estaduais, municipais, de outras entidades públicas (por exemplo, *Fannie Mae*, *Freddie Mac*), títulos hipotecários, títulos de dívida corporativos e até *commercial papers* e, excepcionalmente, ações de bancos. No momento, até títulos corporativos novos estão sendo emitidos para absorção pelos bancos, por uma nova linha criada pelo BCE, mas a disposição de outorgar crédito no varejo, ou de demandar crédito, permanece anêmica. Descrever, antes da crise, como possível uma situação como esta geraria suspeita de disfunção cerebral.

Empreendedorismo de Mauá – Como visto, as indústrias eram em número diminuto até 1840, no Brasil. Antes de Mauá, empreendimentos industriais eram mirrados. Celso Furtado aponta, como razão principal dessa falta de industrialização, o baixo nível absoluto de nossas exportações, na primeira metade do século XIX. A falta de capacidade técnica para produzir para exportação industrial estava na origem desse atraso. Na realidade, o aumento das exportações agrícolas, numa abrangência maior, iria abrir caminho para industrialização, fornecendo capital para iniciativas como a de Mauá. As iniciativas industriais anteriores, estancadas no século XVIII pela repressão portuguesa, restringiam-se a pequenas indústrias, como fábrica de ferro (Sorocaba, 1812), fábrica de pólvora (RJ – Lagoa Rodrigo de Freitas, 1812), fábrica de cartas de baralho, exploração de salinas no Rio de Janeiro (1817), fábrica de tecidos (Lagoa Rodrigo de Freitas, 1819), curtume de São Cristóvão Rio de Janeiro, 1822), fundição de sinos (1823), armas (1823), fiação e tecidos (São Paulo, 1823), engenhos de cana e moinhos a vapor (1823), tipografias e jornais (1831) – *Apud* Sérgio de Judicibus e Augusto Ricardino Filho (FEA-USP). (Artigo

originalmente apresentado no II Accounting History International Conference, Osaka, Japão, agosto/2001, visualizado na internet.)

Abro um espaço para listar os progressos e empreendimentos daquele que se iniciou nos negócios ainda menino/adolescente (de 1813/1820), para recordação do quanto significou este empreendedor para o progresso do Brasil.

Empreendimentos de Mauá, no mundo real dos negócios

- 1846 – Comprou da firma Carlos Coleman & Cia. pequeno estabelecimento e o transformou, em um ano, na primeira indústria de porte brasileira (Estabelecimento de Fundação e Estaleiros Ponta da Areia), que produziu mais de setenta navios, inclusive o maior já construído no Brasil, na época, o *Serpente*, depois incorporado à Marinha, além de embarcações menores, caldeiras, engenhos de açúcar, guindastes, prensas, canhões e armas. Não havia nada igual no país. Doze embarcações foram construídas, por encomenda da Marinha Imperial do Brasil, entre 1849 e 1869. Em 1857, houve incêndio criminoso das instalações do estaleiro.
- 1850 – Saneamento (fornecimento de tubulações e material para canalização do riacho Maracanã e canal do Mangue).
- 1850 – Serviços de rebocadores na barra de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.
- 1851 – Iluminação pública, a gás (Cia. Iluminação a Gás do Rio de Janeiro), inaugurada em 1854; fábrica de velas (Cia. Esteárica).

- 1852 – Serviços de transportes terrestres (fundação da Cia. Fluminense de Transportes e da Estrada de Ferro Petrópolis, cujo primeiro trecho, de 14 quilômetros, foi inaugurado em abril de 1854).
- 1852 – Navegação a vapor, na Amazônia (Cia. de Navegação a Vapor do Amazonas), de grande significado estratégico e econômico.
- 1853 – Entre os principais investidores na Estrada de Ferro (*Recife & São Francisco Railway*).
- 1856 – Arregimentou interessados em investir na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que teve subscrição pública em Londres, em 1860. Entre os subscritores, o Barão Lionel de Rothschild. Vendeu suas ações em 1863. A empresa iniciou suas atividades em 1867. Viria a causar-lhe grandes prejuízos, em calote da dívida para com o empresário, de iniciativa de investidores ingleses e por inacreditáveis decisões judiciais. Prejuízos importantes houve também com os empréstimos ao vizinho país do Uruguai, também enfraquecedores de suas finanças.
- 1861 – Suporte técnico e administrativo para a Ferrovia Pedro II (depois, Central do Brasil), de que se tornou acionista.
- 1861 – Suporte técnico para trechos iniciais da primeira estrada pavimentada (macadame: pedras britadas, breu, areia) no Brasil, a União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora.
- 1861 – Adquire fazendas em São Paulo.
- 1862 – Fundou a concessionária de transportes Cia. do Caminho de Carris de Ferro do Jardim Botânico.

- 1867 – Início de seu desequilíbrio financeiro (coincidindo com o início de funcionamento da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que lhe aplicou importante calote). Estaleiro de Ponta de Areia inicia declínio. Falência decretada em 1877.
- 1871 – Investiu na Estrada de Ferro do Paraná-Mato Grosso.
- 1872 – Estabeleceu colônias agrícolas na Província do Rio de Janeiro.
- 1872 – Coempendeu o Telégrafo Submarino, ligando o Brasil à Europa, o que levou o imperador a lhe conceder o título de Visconde de Mauá.
- 1874 – Organizou a Cia. de Abastecimento de Água do Rio de Janeiro (1874/1877).
- 1875 – Requer moratória no Tribunal do Comércio, aos credores, por três anos, e inicia longo e penoso processo de recuperação financeira, aqui e na Inglaterra.

Em 26 de novembro de 1884, com 70 anos, após liquidar suas dívidas com os credores, requer e obtém do Tribunal do Comércio a carta de reabilitação de comerciante.

Em 21 de outubro de 1889, perto da proclamação da República, em situação financeira boa, falece em Petrópolis-RJ.

Termino, não para chegar a uma conclusão sólida sobre os assuntos abordados em minhas notas, mas apenas para cotejar os fatos nelas focalizados com as possíveis respostas a questões “sobre o período imperial” e um tanto sobre o início da República.

No embate entre forças de suporte a uma velha economia ainda submetida a interesses antibrasileiros e forças renovadoras, tivemos melhorias substanciais no concernente:

- À moeda, à circulação, ao câmbio, à racionalidade do endividamento público?
- Ao suporte decidido, à hostilidade, à indiferença ou ao preconceito contra o empreendedorismo privado?
- Ao esboço de uma organização do sistema financeiro descentralizado, atomizado e responsivo às demandas das atividades econômicas ou à concentração focada no poder político?
- À germinação de um estatismo centralizador e obstaculizador de iniciativas empresariais consistentes?

Nas atividades políticas, houve progresso em termos de adequada compreensão e suporte dos mecanismos econômicos conducentes ao desenvolvimento?

Acredito que ficaram faltando abordagens pouco mais detalhadas quanto a aspectos aqui questionados, e mais sobre a questão bancária no Império, por absoluta falta de tempo hábil a simples notas introdutórias. Outras oportunidades e outros expositores surgirão para levá-los em consideração.

Notas

1 CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Monetária do Brasil*. Tradução de Thomaz Newlands Neto. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1960 (Brasiliana, SP, 1960). Original: (*La Politique Monétaire*

du Brésil, 1910, escrita a pedido de Rio Branco). Os números citados foram hauridos desta obra (esp. fls. 15 a 80), cujo autor, por sua vez, se valeu, entre outros, de “Anais do Senado, Anais da Câmara dos Deputados, relatórios do Ministério da Fazenda, relatórios de Comissões de Inquérito, falas do Trono à Assembleia Legislativa, alvarás, decretos régios, documentos oficiais das províncias e dos estados, programas ministeriais, coleções de leis da União e dos estados, balanços de bancos” (prefácio da edição francesa).

2 P. CALÓGERAS, *op.cit.*, p. 44.

3 Nicolau Copérnico enumerava a *monetae vilitas* entre os flagelos da humanidade: (também a *discordia* e, ao seu tempo, a *mortalitas*, a *terrae sterilitas*). Este flagelo inflacionário[faz com que a moeda diminua ou chegue a perder sua função primordial de “facilitar os negócios do mercado como intermediário comum de troca” (Eugênio Gudín, *apud* Nunes Guimarães, *ibidem*). Ou seja, a relação principal de uma moeda saudável é com sua utilidade real de *auxiliar* para a produção e circulação de bens.

Bibliografias

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello; PACHECO, Cláudio. *História do Banco do Brasil*. Rio de Janeiro: AGGS Indústrias Gráficas, 1979.

GANNIS, Cláudio. *A trajetória de um Pioneiro* (Em torno da vida de Mauá). 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 88-89.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. *Exposição aos Credores de Mauá & C. e ao Público*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. J. Villeneuve & C., 1878. Exemplar da edição no IHGB/Rio.

Mauá & Cia.: A Autocrítica do Maior Empreendedor Brasileiro do Século XIX é uma análise da “*Exposição aos Credores*” de Mauá & Cia., feita por David Izecksohn Neto, mestre em Administração Pública pela EBAP/FGV, e por Paulo Emílio Matos Martins, professor titular na EBAPE/FGV, apresentada ao XXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – AMPAD, em setembro de 2005.

Palestra pronunciada em 12 de julho de 2016

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. *Exposição aos Credores de Mauá & C. e ao Público*. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. J. Villeneuve & C., 1878. Exemplar da edição no IHGB/Rio.

Mauá & Cia.: A Autocrítica do Maior Empreendedor Brasileiro do Século XIX é uma análise da “*Exposição aos Credores*” de Mauá & Cia., feita por David Izecksohn Neto, mestre em Administração Pública pela EBAP/FGV, e por Paulo Emílio Matos Martins, professor titular na EBAPE/FGV, apresentada ao XXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – AMPAD, em setembro de 2005.

Palestra pronunciada em 12 de julho de 2016

A agricultura e a formação do Brasil

 José Botafogo Gonçalves
Embaixador.

Introdução

A profundidade da crise econômica brasileira nos dias que correm tem provocado comentários sobre o retrocesso qualitativo das atividades produtivas nacionais. No plano interno, a recessão provoca desemprego, agrava as desigualdades sociais, deteriora a qualidade dos serviços de saúde e educação, além de afetar a segurança urbana. A participação da indústria na formação do PIB se reduz dramaticamente. Em consequência, a atividade econômica se “primariza”, afastando o Brasil da rota de desenvolvimento.

Confesso que tenho dificuldades com esta última afirmação, na medida em que ela sugere que as atividades ligadas à agricultura e à mineração carecem de dinamismo, sofisticação, agregação de valor, produtividade; todas elas qualidades que só se desenvolvem no seio